

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

ATA Nº 021 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO BENEDITO PINTO (EM EXERCÍCIO)
1ª SECRETÁRIA - DEPUTADA ZILDA (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE - Cumprindo o Regimento Interno, declaro aberta a Sessão e, em seguida, suspendo-a por 15 minutos.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:45 HORAS E REABERTA ÀS 09:02 HORAS)

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a presente Sessão.

Solicito à nobre Deputada Zilda que assuma a 1ª Secretaria e, ao nobre Deputado Eliene, que assumam a 2ª Secretaria.

(A SRª DEPUTADA ZILDA E O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUMEM AS 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS)

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, a Srª 1ª Secretária, para proceder à leitura do Expediente.

A SRª 1ª SECRETÁRIA - Não há Expediente para ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para aproveitar esses três minutos que dispomos para falar com relação a duas matérias que não vi em outros jornais, mas no *Diário de Cuiabá*, de hoje, li uma que diz: “DETRAN dispensado de licitar”. Aqui está claro o réu confesso. Diante do nosso Requerimento, o Diretor-Presidente do DETRAN já vem dizendo que realmente não houve licitação e o resto fica por conta disso. Eu acho que é muito importante a aprovação deste Plenário, na noite de ontem, daquele Requerimento. Está aqui e que nós tenhamos realmente as informações a respeito do assunto.

Um outro assunto é sobre o deságio global: “Secretário garante lisura na venda dos títulos de Mato Grosso”.

O Secretário de Planejamento se pronuncia - eu não tenho tempo para ler tudo isso - mas a matéria toda está dizendo que não tem nada a ver. Eu só vou ler um pedacinho: “Nenhuma dessas instituições atuou no mercado primário em Mato Grosso, a partir de janeiro de 1995”, disse o Sr. Garcia”. Está aqui! Fica chato ter que dizer isso na tribuna, mas um Secretário mentindo! A partir de 95, ele disse que nenhuma dessas empresas que nós denunciávamos atuou em Mato Grosso. Está aqui: 01/02/95 até 15/02/97. Tem Tibaji,

VETOR, VETOR, VETOR, Conta, TORRE, Omar Camargo Conta Aplique, PERFIL, Aplique, NEGOCIAL, PERFIL, NEGOCIAL e assim por diante. Ele, pelo menos, deveria estar informado, porque se eu tenho essas informações, ele deve ter muitas, com maior razão deve tê-las para vir dizer aqui que essas empresas não atuaram no mercado em Mato Grosso a partir de 95.

Infelizmente, nós temos que dizer que o Secretário de Estado está mentindo. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de passar à Mesa Diretora três pronunciamentos do Senador Jonas Pinheiro, do Senado da República: um sobre a borracha natural, o outro sobre o Projeto de Lei Complementar n° 94, de 1996, sobre a lei de proteção de cultivares, e o outro sobre a política de liberação da economia que afetou profundamente a agricultura sobre as barreiras protecionistas que estão prejudicando a agricultura brasileira, para que conste nos Anais da Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Solicito à Taquigrafia que transcreva, nos Anais, a solicitação do Deputado.

(TRANSCRIÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS DO SENADOR DA REPÚBLICA JONAS PINHEIROS, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PRESIDÊNCIA:

“Brasília, 27 de fevereiro de 1997

Senhor Secretário,

Apesar do Brasil estar colhendo uma safra recorde de borracha natural, estimada em torno de 60 mil toneladas, os produtores não conseguem vender a sua produção, porque a indústria consumidora está dando preferência ao produto importado, mais barato.

Os produtores nacionais têm que concorrer, em preço, com a produção de outros países, notadamente do sudeste asiático, onde recebe elevados subsídios diretos e indiretos, além de altos investimentos em pesquisas e serviços de apoio.

Como conseqüência, a borracha produzida nesses países chega ao Brasil ao preço de 1,70 dólares o quilo, enquanto o produto nacional teria que ser vendido, para cobrir os custos internos e assegurar uma lucratividade mínima, a 2,50 dólares.

A política nacional para a borracha natural prevê a aplicação do mecanismo de contingenciamento, para que as importações de borracha somente ocorram após o escoamento da produção nacional.

Entretanto, esse mecanismo está sendo inócuo, em parte, devido a falhas nos cálculos do percentual de contingenciamento, que vem se baseando em dados irreais da produção e consumo.

Ademais, diversos procedimentos adotados pelos consumidores possibilitam o escape da legislação em vigor, inviabilizando os efeitos da política nacional para a borracha natural.

Dentre os procedimentos adotados, destaca-se:

a) a importação de borracha natural do Uruguai, país reconhecidamente não produtor, mas, por integrar o MERCOSUL, é usado como passagem para essa matéria-prima oriunda de outros países;

b) a importação do chamado *master*, que constitui a borracha natural com alguma mistura, após um processo primário de industrialização, que não está sujeita ao pagamento da TORMB, nem à política de contingenciamento’;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

c) a importação de borracha natural, através do mecanismo *draw-back-suspensão*, sem o pagamento da TORMB e isento do contingenciamento, com a obrigatoriedade de exportar os produtos industrializados em 24 meses. O longo prazo concedido, de dois anos, possibilita aquisições volumosas no mercado internacional, quando os preços estão baixos e a formação de estoques, valendo-se deles para pressionar os preços internos e prorrogar os prazos de aquisições no mercado interno.

Assim, solicitamos sua especial atenção e empenho no sentido de inibir os procedimentos de escape da legislação em vigor e, em caráter emergencial, viabilizar o pleito formulado pelos produtores de borracha natural, para que os consumidores nacionais dessa matéria-prima possam deduzir dos recolhimentos do Imposto de Produtos Industrializados-IPi o diferencial entre os preços oficiais da borracha natural no Brasil e o valor CIF da borracha importada.

Esta medida, seguramente, terá um custo muito inferior ao custo que a sociedade terá que arcar com o agravamento da crise econômica e social no setor que, certamente, ocorrerá se não forem tomadas imediatas providências.

Certo da sua costumeira atenção, subscrevo-me,
Cordialmente,
Senador JONAS PINHEIRO”

“PRONUNCIAMENTO DO SENADOR
JONAS PINHEIRO, NA SESSÃO DO
SENADO FEDERAL DO DIA 25 DE
FEVEREIRO DE 1997.

Assunto: Lei de Proteção de Cultivares.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Após ter sido aprovado na Câmara dos Deputados, está tramitando no Senado Federal o PLC 94, de 1996, a Lei de Proteção de Cultivares.

Este Projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Educação.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na condição de relator, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, tivemos a oportunidade de analisar, de forma detalhada, o texto do Projeto aprovado na Câmara dos Deputados, todos os depoimentos das Audiências Públicas realizadas naquela Casa, bem como os diversos documentos disponíveis sobre a matéria.

Tivemos também o especial interesse e cuidado de ouvir diversos especialistas das diferentes correntes e deles recebemos importantes esclarecimentos, ponderações e sugestões.

Desta maneira, sentimo-nos à vontade para tratar e relatar esta polêmica e complexa matéria e estamos apresentando o nosso parecer favorável à aprovação da Lei de Proteção de Cultivares, com a inclusão de dez emendas do relator.

Senhor Presidente, nossa posição é de que, em que pese as preocupações e as implicações apontadas por aqueles que argumentam contra a adoção de uma legislação que proteja as cultivares, o Brasil não pode deixar de avançar neste campo e deve ter uma legislação própria para reger essa complexa matéria.

Nossa posição se fortalece quando levamos em consideração a crescente abertura da economia brasileira, com o aceleração das relações de troca e as exigências impostas aos diversos setores produtivos do País, para suportar a crescente competição a que estarão, cada vez mais, sujeitos.

E, neste particular, o setor agropecuário brasileiro, pelas peculiaridades que não nos compete aprofundar no momento, vem enfrentando sérias dificuldades, como decorrência das suas limitações para conviver com uma economia mais aberta e concorrencial e, entre outros fatores, para aumentar os seus níveis de produtividade física e lucratividade.

Assim, acreditamos que as argumentações alinhavadas pelos que defendem a implementação de uma Lei de Proteção de Cultivares no País encontram maior eco, pelas contribuições positivas que esta Lei poderá levar ao setor produtivo agropecuário.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nossa expectativa é de que a adoção da Lei de Cultivares provocarão um incremento nos níveis de investimentos, principalmente do setor privado, tendo, como conseqüência, o desenvolvimento de novas cultivares mais adaptadas às exigências do momento atual.

Acreditamos que aumentarão as possibilidades de instalação de novas empresas privadas de pesquisas e novos investimentos, o que provocará a elevação da concorrência no setor, o aumento do número de empregos e, o que é muito importante, o aumento da disponibilidade de novas cultivares melhoradas para os agricultores.

É importante também ressaltar os reflexos favoráveis que a Lei de Proteção de Cultivares poderá provocar nas entidades públicas de pesquisa, notadamente as do Sistema EMBRAPA, com o ingresso de recursos decorrentes do exercício dos direitos sobre as cultivares que desenvolvem e o aceleração do processo de parceria com o setor privado, através de novos arranjos no campo comercial.

Isto porque a existência da Lei de Proteção de Cultivares no Brasil permitirá que as diversas cultivares desenvolvidas, muitas delas pelo Sistema EMBRAPA, com recursos públicos, possam ser reconhecidas e remuneradas no País e no exterior, onde atualmente não é possível, pela inexistência de acordos internacionais que resguardem o princípio da reciprocidade.

Outro aspecto positivo, Sr. Presidente, é que ampliará as possibilidades de intercâmbio tecnológico entre os países, dando, com a proteção, maior credibilidade mútua, pelas restrições à 'pirataria' e ao uso inadequado de matérias genéticas intercambiados.

Dentro da ótica internacional, entendemos também que a adoção desta legislação de proteção de cultivares possibilita que o Brasil aumente a sua inserção no campo internacional, avançando mais um passo em direção à modernização das suas estruturas produtivas e ao aprimoramento das suas regulamentações.

Neste particular, o Brasil estará dando cumprimento aos acordos internacionais firmados e viabilizando as condições para que possa aderir à Convenção de 1978 da União Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais - UPOV e, assim se integrar, automaticamente, a um sistema internacional, do qual participam grande parte dos países com quem mantém relações comerciais, inclusive os parceiros do MERCOSUL.

Temos ainda a comentar que a Lei de Proteção de Cultivares se complementa à Lei de Propriedade Industrial, recentemente aprovada, impossibilitando, pela sua existência, que possam vir a ser adotadas práticas de patenteamento nesse campo, com prejuízos para o setor agropecuário.

Quanto à argumentação de que a adoção de Lei de Proteção de Cultivares no país poderá provocar um aumento no preço das sementes, consideramos que, num primeiro momento, poderá ser válida e, portanto, preocupante, sobretudo para os pequenos produtores rurais.

Entretanto, constatamos que, se ocorrer, não deverá comprometer o setor produtivo, pois os percentuais de gastos com sementes e materiais propagativos não são expressivos em relação aos custos totais de produção das explorações, situando-se, no geral, em níveis não superiores a três por cento.

Temos expectativa de que, num segundo momento, poderá ser compensado pelos incrementos de produtividade e lucratividade que as novas cultivares lançadas poderão provocar, até mesmo como condição para que elas tenham maior aceitação pelos agricultores.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, através das emendas apresentadas em nosso Parecer, estamos propondo modificações e incorporações ao texto, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos do processo de proteção de cultivares. Mas, tivemos o especial cuidado de propor duas importantes salvaguardas, em favor do pequeno produtor rural, no meio ambiente e da saúde da população.

A primeira, estabelecendo que não fere os direitos de propriedade sobre a cultivar protegida, o pequeno produtor rural, que multiplica sementes, para doação, venda ou troca, exclusivamente para outros pequenos produtores rurais, no âmbito de programas de apoio a pequenos produtores rurais, conduzidos por órgãos públicos ou organizações não-governamentais autorizadas pelo Poder Público.

Esta exceção se insere no rol de medidas preconizadas pela sociedade e consideradas de interesse nacional, para melhor apoiar os pequenos produtores rurais, dando-lhes melhores condições para que possam tecnificar-se e, sobretudo, aumentar a produtividade física e a lucratividade de suas explorações e, conseqüentemente, ter melhor renda e melhores condições de vida, no campo.

A segunda, visando a extinção do direito de proteção a cultivar que tenha causado, após a sua comercialização, impacto desfavorável ao meio ambiente e à saúde humana.

Entendemos como relevante esta salvaguarda, pois é direito e obrigação de todo Estado soberano dispor de medidas que resguardem o meio ambiente do seu País contra impactos desfavoráveis e nocivos, bem como a saúde da população.

Além dessas inclusões, estamos propondo dispositivos com o objetivo de assegurar o tratamento isonômico às cultivares brasileiras, para que tenham na Lei de Proteção de Cultivares os mesmos direitos concedidos às cultivares estrangeiras.

Assim, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ao prestarmos contas a esta Casa do nosso trabalho, gostaríamos de apelar aos nossos Pares para que analisem a matéria, de modo a que possamos, no menor espaço de tempo, aprovar este Projeto no Senado Federal e dotar o Brasil de uma Lei de Proteção de Cultivares.

Muito obrigado.

Senador JONAS PINHEIRO.”

“PRONUNCIAMENTO DO SENADOR
JONAS PINHEIRO, NA SESSÃO DO
SENADO FEDERAL NO DIA 06 DE
MARÇO DE 1997.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

Assunto: Barreiras protecionistas impostas à agricultura brasileira
Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

A política de liberalização da economia brasileira, adotada sobretudo a partir de 1990, acelerou o processo de importação, expondo o setor produtivo nacional à concorrência com produtos oriundos de outros países.

Essa exposição, sem dúvida, tem provocado profundos reflexos a nível interno, exigindo dos setores produtivos nacionais profundos e rápidos ajustes, sob pena de sucumbirem ante a concorrência a eles impostas.

Entretanto, a capacidade dos setores produtivos de se ajustar com a rapidez demandada é extremamente limitada, em decorrência da falta de capital, de tecnologia, de mão-de-obra qualificada e, o que é mais limitante, da carente infra-estrutura brasileira de sustentação e de apoio à produção e do voraz sistema tributário nacional.

Como consequência, o setor agrícola brasileiro vive, nesta primeira metade da década de noventa, um período bastante complicado.

A agricultura foi duramente afetada pela política de abertura de importações. Sob o argumento geral de se provocar um ‘choque de modernidade’, no caso agrícola, as importações objetivaram muito mais viabilizar a entrada de produtos oriundos de outros países, cotados a preços mais baixos que os nacionais, e assim reduzir o impacto desses produtos no nível de preços internos. A preocupação foi, acima de tudo, assegurar a ‘âncora verde’, para maior sustentação do Plano Real.

Sem as mínimas salvaguardas para a agricultura, foram essas importações que, ao lado do processo de ajuste macroeconômico que o País enfrentou nesse período, as responsáveis pelo comprometimento do desempenho do setor, que atinge o seu ponto mais crítico em 1995/96, quando a renda da agricultura caiu substancialmente.

A constatação prática desse processo de desestruturação pode ser visualizada pelo aprofundamento da crise que atinge a pequena produção rural e os sub-setores produtivos de algodão, arroz, trigo, laranja, borracha natural, sisal, leite e derivados, entre outros.

Na maioria dos casos, o Brasil está importando produtos a preços competitivamente mais baixos porque estes são fortemente subsidiados em seus países de origem. Uma atitude imediatista e míope, pois a perdurar esses procedimentos estaremos desestruturando o nosso sistema produtivo, aumentando a nossa dependência externa e causando uma profunda crise social no campo, com reflexos imediatos e irreversíveis nas cidades.

E, a cada dia, os países mais desenvolvidos vêm exigindo uma maior abertura da economia brasileira.

Curioso que os países que mais exigem a abertura da nossa economia são exatamente aqueles que mais defendem o seu setor produtivo. No caso agrícola, essa posição é mais marcante: são os países da OCDE, do chamado Primeiro Mundo, que aplicam anualmente na agricultura subsídios da ordem de 350 bilhões de dólares, o que corresponde a cerca de 6 a 7 vezes o valor da produção brasileira.

E, deste total, somente os Estados Unidos aplicam em subsídios à produção primária, cerca de 130 bilhões de dólares.

E parece que a cada dia trememos mais diante dessas exigências e não temos a autonomia necessária para equilibrarmos esse processo. Tanto que, assistimos ao crescente déficit na balança comercial brasileira e corrosão das nossas divisas.

A realidade, Senhor Presidente, é que o Brasil e o MERCOSUL vêm incomodando nossos poderosos parceiros d'acima do Equador, os Estados Unidos da América. Curioso é que também fazemos cócegas no Japão, do outro lado do mundo. Exemplo disso foi a recente questão das cotas de importação de veículos automotores.

Mas, é no campo agrícola que tem se desenvolvido uma das mais surdas e duras batalhas entre nós e os norte-americanos. Eles reclamam de nós ampla e urgente abertura econômica e, contraditoriamente, impõe barreiras alfandegárias draconianas aos nossos produtos.

A revista *Isto É* de doze de fevereiro deste ano relaciona diversos itens de exportação, vítimas do protecionismo norte-americano. O suco de laranja brasileiro só entra nos Estados Unidos com uma sobretaxa de 454 dólares por tonelada, a maior taxa do mundo e só aplicada ao Brasil. Não existisse essa barreira, teríamos condições de exportar um milhão de dólares, e não estaríamos estacionados no patamar de 286 milhões de dólares. Razão não dita e jamais admitida é a proteção aos produtores locais de laranja.

O açúcar brasileiro é taxado em cento e cinquenta por cento e é o único a não ser beneficiado pelo Sistema Geral de tarifas norte-americano, que permite, inclusive, a isenção de tarifas de modo unilateral pelos Estados Unidos.

Afora as restrições tarifárias, existem as cotas, que, quando são impostas pelo Brasil, sofrem acirrado combate, mas, se aplicadas pelos outros países, chamam-se proteção contra atividade predatória ou concorrência desleal. Esse é o caso do tabaco brasileiro, cuja entrada em território norte-americano está limitada a dez por cento da produção local.

Em outros casos, levantem-se barreiras de ordem sanitária, limitando ou proibindo a importação de produtos agrícolas brasileiros sob o pretexto de que não atendem às exigências sanitárias do país importador. É o caso do nosso frango, exportado para mais de cinquenta países e proibido de entrar nos EUA. As carnes bovinas e suínas não podem ser importadas congeladas ou cruas para a América do Norte, por causa da febre aftosa.

As medidas restritivas impostas pelos Estados Unidos às importações vindas do Brasil nos causam prejuízo anual da ordem de três bilhões de dólares. E eles continuam reclamando de nosso suposto protecionismo, quando a balança comercial entre os dois países lhes foi favorável em dois bilhões de dólares no ano de 1996.

Não se pode negar que todos os países devem proteger sua economia. Se os EUA, Japão ou Europa se acham nesse direito, é legítimo que o Brasil e o MERCOSUL o façam também. Na verdade, há a necessidade de se estabelecerem regras equilibradas de comércio entre os países ou os blocos de que fazem parte, sem que haja a tentativa de aniquilamento ou domínio de uns sobre os outros.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a agricultura é um dos setores mais importantes da economia de qualquer país. Além do valor econômico, tem elevadíssimo valor estratégico, pois garante o abastecimento interno. Assegura-se, assim, o equilíbrio e desenvolvimento sociais, pela eliminação da fome - um dos maiores focos de conflito social dentro de uma Nação - e pela correta remuneração dos produtores rurais.

Os excedentes agrícolas constituem um dos mais rentáveis itens de exportação dos países produtores, aumentando-lhes substancialmente a renda nacional.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

O Brasil passa por um processo aparentemente irreversível de abertura de sua economia, o que implica uma intensificação de suas trocas comerciais com os demais países do globo. É óbvio que as demais nações produtoras querem que importemos muito e exportemos o mínimo.

Abertura econômica significa troca benéfica para ambos os lados. O Brasil deve reagir energicamente contra toda taxação iníqua de seus produtos e, se necessário for, adotar medidas de retaliação que compensem os prejuízos sofridos. Devemos demonstrar que não estamos submissos aos desígnios de terceiros, sejam eles quão fortes o forem.

Não restam dúvidas de que nossos parceiros comerciais exigirão sempre maior abertura de nossa parte e não facilitarão a venda de nossos produtos. Necessário se faz que o Governo consolide uma política agrícola de longo prazo, para que nossa pauta de exportações seja respaldada por medidas de apoio que lhe garantam a disputa de mercados em condições de igualdade com os demais concorrentes.

Neste particular, o Brasil deve defender uma posição firme e inequívoca nas negociações que se realizam para a consolidação da Área de Livre Comércio das Américas, conhecida como ALCA, para que os países que a integrem aceitem a eliminação dos subsídios internos e às exportações de produtos agrícolas.

Essa posição é de fundamental importância para que os países integrantes deste novo tratado possam competir em igualdade de condições no acesso aos mercados.

Seria extremamente danoso para a agricultura brasileira se essa integração fosse discutida e implementada por etapas, diluindo os interesses do setor e desconsiderando a importância e o peso do setor nas negociações globais. É fundamental que seja negociado em bloco todos os itens do acordo, inclusive a questão tarifária.

Isso porque a maioria dos produtos agrícolas brasileiros já têm tarifas baixas no mercado internacional, o que coloca o setor, no momento atual, muitas vezes em desvantagens frente aos países que protegem com subsídios e barreiras tarifárias e não-tarifárias a sua produção primária.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não devemos e não podemos mais aceitar que nações estrangeiras protejam seus produtos e produtores e exijam de nós liberalismo irresponsável de entrega de nossa produção, nas condições que desejam nos impor.

Como parlamentar comprometido com a agricultura, vemo-nos no dever de fazer este alerta e solicitar às autoridades que vem negociando em nome do Governo brasileiro esses acordos com outros países, que abram espaço para que os agricultores brasileiros participem dessas negociações e sejam devidamente resguardados os seus interesses, para que eles não sejam surpreendidos, como ocorrido quando da formalização de outros acordos, notadamente do MERCOSUL, com decisões tomadas e compromissos assumidos.

Muito obrigado!
Senador JONAS PINHEIRO”

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, Requerimento de autoria da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

“Com fulcro nos Artigos 546 e seguintes do Regimento Interno, convoco Audiência Pública com os segmentos da Indústria, do Comércio e Prestadores de Serviços, bem como a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, para o próximo dia 18 de março, às

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

15:00 horas, no Auditório ‘Deputado Milton Figueiredo’, para tratar do disposto na Mensagem nº 31/96, do Poder Executivo, que trata da Consolidação das Normas referentes ao Imposto sobre Operações de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Sala das Sessões da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução
Orçamentária, em 12 de março de 1997

Deputado PAULO MOURA - Presidente”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente.

A Presidência solicita dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputados Humberto Bosaipo, Emanuel Pinheiro, Roberto Nunes, Eliene e Pedro Satélite para que, até a Ordem do Dia da presente Sessão, indiquem o Presidente e que possamos dar seqüência aos trabalhos.

Com a palavra, no Grande Expediente, o nobre Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe de 40 minutos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou com o jornal *Diário de Cuiabá*, conceituado jornal mato-grossense, na página A2, que traz uma matéria que não tem a identificação do jornalista que fez a reportagem, e que diz o seguinte:

“Líderes da União vão fazer nova cobrança a deputados”, e diz aqui, Sr. Presidente: “A votação da Lei Orçamentária parece ter sido o estopim para que a Bancada da União por Mato Grosso volte a refletir sobre a forma de fazer oposição ao Governo Dante de Oliveira”. É difícil quando uma matéria vem escrita “DA REPORTAGEM”, porque o jornalista muitas vezes se esconde atrás disso aqui e nós não podemos identificar... Se bem que nós já conhecemos o texto dos jornalistas, quase todos, aqui de Mato Grosso, mas achei até uma matéria interessante.

Eu estou vendo o Editor do jornal, o Adilson, e gostaria também de refletir com ele sobre essas matérias em que o jornalista não se identifica.

Mas, diz aqui: “Todos os Deputados do grupo votaram de acordo com a orientação do Governo” ...o que é mentira! O jornal tem a obrigação de desmentir isso. Não votei o Orçamento do Sr. Governador Dante de Oliveira. Fui o primeiro a levantar a minha voz, aqui, votando contra e mostrando, inclusive, as artimanhas do Regimento Interno, em que nós fomos derrotados no Plenário, na votação dos destaques das emendas.

Continua aqui: “O Senador Júlio Campos e o Prefeito Jaime Campos, de Várzea Grande, desejam que a Bancada faça oposição sistemática, apontando sempre os erros do Governo, se possível, com soluções - tomando como exemplos as posturas assumidas em governos dos irmãos Campos (1983-86 e 1991-94).”

Diz aqui o Deputado Emanuel Pinheiro: “A Bancada da União é oposição, mas falta engrenar”...

O SR. EMANUEL PINHEIRO (FALA DE SUA BANCADA) - Eu não falei!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - O Deputado Emanuel Pinheiro está dizendo, Adilson, que não falou nada disso.

“...reconheceu o Deputado do PFL.”

E o Deputado ainda fala: “Aqui faço oposição séria, só não sei sair xingando a torto e a direito, como eles (da esquerda) fazem, quando nós estamos no Governo, justificou o Deputado Amador Tut, Líder do PL”.

Bom, tem uma outra posição aqui, que diz o seguinte:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

“A posição assumida pelo Deputado Humberto Bosaipo, Presidente do PFL, em algumas votações, segundo alguns parlamentares, demonstram sua afinidade com o Palácio Paiaguás. Bosaipo é apontado como o Deputado mais próximo de Dante, hoje, entre os oito que restaram na União”.

Obviamente que, se eu fosse próximo ao Governo, iria mudar muita coisa, principalmente as mensagens que vieram para cá.

O que ocorreu, esse intelectual da imprensa deve estar-se reportando ao fato de eu ter apoiado, aqui, na eleição da Mesa, um Deputado do Governo, que é o Deputado Roberto Nunes. Mas não tem nada a ver eleição da Mesa com a minha postura política. Eu, aqui, apóio quem eu quero. Não quis apoiar o Deputado Riva, porque eu era contrário a sua administração aqui na Casa, como 1º Secretário. E tive a ombridade de falar isso publicamente.

Bom, resultou que acabamos todos votando nele, porque ficaria uma disputa inexistente aqui, uma vez que ele havia feito maioria. Mas, fui contrário à chapa do Deputado Nico, justamente por ser contrário à administração da Casa no primeiro biênio desta legislatura.

Agora, quanto a me aproximar do Governador Dante de Oliveira, eu gostaria de dizer o seguinte: amigo pessoal do Governador eu sou; e não é só dele, não. Eu devo ter, hoje, dentre os 27 governadores, pelo menos uns seis que são meus amigos pessoais. Inclusive um colega de escola, que é o Maguito Vilela, do PMDB. Mas, isso não impede, obviamente, de ser amigo do Governador.

Quanto às matérias do Governo, nesta Casa, o ilustre Jornal pode tirar aqui uma cópia das Atas da Taquigrafia e ver que eu sempre mantive aqui a minha postura. Agora, obviamente que aqueles projetos do Governo, que visavam os benefícios do Estado de Mato Grosso, não sou eu, o Deputado Humberto Bosaipo, quem vai colocar pedra no caminho de quem está governando. As críticas que eu faço, faço-as, aqui, publicamente.

Quando o Governador acerta, eu venho aqui e elogio. Como por exemplo, eu torno a dizer: foi o Governador que mais passou dinheiro para a Assembléia nos últimos trinta anos. Eu tenho coragem de assumir essa postura e não é só aqui, não. É na televisão, é no rádio, é no jornal. E até o Governador Jayme Campos ficou com o “beijo virado” quando eu dei essa declaração, porque eu disse na TV Gazeta, esta semana, que eu administrei esta Assembléia - está ali o ex-diretor Odenir Lima Barros, que sabe disso - com duodécimo numa média de 1.100 mil reais. Nos últimos três meses, esse duodécimo chegou a 1.700 mil reais. E o que eu recebi em dois anos, a Mesa passada recebeu em apenas três meses de repasse. É isso que eu tenho a coragem de falar e falo abertamente, porque são dados, são números.

Eu venho aqui, Deputada Zilda, de cabeça erguida, porque fui funcionário desta Casa, fui eleito Deputado Estadual, Líder do Governo, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Presidente da Assembléia Legislativa.

O saldo do meu mandato com a reforma administrativa e uma reforma física, aqui na Casa: fizemos o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, contemplando principalmente aqueles funcionários que trabalhavam há mais de 20 anos e não tinham guarida na legislação trabalhista; aumentamos em dois mil metros quadrados a área construída aqui nesta Assembléia Legislativa. O gabinete dos Srs. Deputados, hoje, tem aproximadamente noventa metros quadrados, maior que gabinete de Senador da República.

Está, aí, o Deputado Benedito Pinto, Vice-Presidente desta Casa, que sabe do nosso trabalho. Aqui não existia a Secretaria de Serviços Legislativos, que funciona abaixo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

desse plenário, onde era depósito de lixo e, hoje, é a melhor Secretaria que tem na Casa, inclusive de apoio aos Srs. Deputados, totalmente informatizada e possibilitando, inclusive, que a nossa vida aqui na Casa fosse mais organizada, os projetos dos Srs. Deputados tivessem mais celeridade.

Além do que inauguramos, Sr. Presidente, o Auditório “Milton Figueiredo”, um auditório em que, hoje, cabem 110 pessoas sentadas, e que dá inauguração para cá já passaram por lá mais de 20 mil pessoas, em menos de quatro anos. Esse Auditório está servindo, hoje, para a realização de audiências pública, sessões solenes, debates, cursos de treinamento de funcionários.

Na nossa gestão, Sr. Presidente, fizemos aqui 52 cursos de aperfeiçoamento funcional, inclusive curso para motorista, que há vinte anos tinha tirado a Carteira de Habilitação e não estava adaptado à modernidade do trânsito.

Fizemos, aqui...

O Sr. Emanuel Pinheiro - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Já concederei um aparte a V. Ex^a.

Fizemos, aqui, cursos até de culinária, em parceria com a EMPAER, do Governo Jayme Campos, para que as mulheres da Casa pudessem fazer os petiscos, as comidas, as coisas típicas da cuiabania. Fizemos um treinamento na área de segurança...

Estou falando isso, Sr. Presidente, para mostrar a minha postura de coerência. Não sou Deputado de jogar pedra em ninguém. Não gosto de aparecer com a desgraça dos outros. Todas as vezes em que o Governador Dante de Oliveira mandou um projeto para cá que continha erro, ou vício de origem, nós pedimos para devolvê-lo. Nós o combatemos, num bom combate, na forma inclusive elegante e educada de se fazer política.

Discutíamos aqui, com os Srs. Parlamentares, que esse Orçamento não poderia ser votado dessa forma. Nós estaríamos, e eu usei uma expressão muito forte, “abaixando as calças” para o Governador. Está aí o Fórum Sindical - hoje eu assisti o Presidente do DVOP dizendo que o Fórum Sindical quer investigar a vida da Assembléia Legislativa nos dois últimos anos, na administração dos dois últimos anos - que quer saber sobre os recursos que a Assembléia Legislativa recebeu e os recursos que aplicou. Para quê? Em represália à postura da Assembléia Legislativa em relação ao Orçamento do Estado.

Realmente, nós, mais uma vez, demos um “cheque em branco” para o Governador, porém, não com o meu voto. Eu gostaria que o jornal *Diário de Cuiabá* registrasse isso, até porque é um jornal de respeitabilidade, um jornal, que eu faço questão de dizer, que é um dos mais lidos no Estado de Mato Grosso.

Continua a nota: “Temos que falar a mesma língua para não cairmos no ridículo” - argumentou Pinheiro”.

Antes de terminar, já que V. Ex^a foi citado, eu ouço o seu aparte, Deputado Emanuel Pinheiro.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Muito obrigado, Deputado. Eu gostaria de, rapidamente, apartear V. Ex^a.

Eu acho desnecessário aqui tecer comentários sobre o grande Presidente que V. Ex^a foi, sobre as obras inestimáveis, sob o ponto de vista físico e institucional, que V. Ex^a desenvolveu no Poder Legislativo Mato-grossense e também, mais desnecessário ainda, tecer comentários sobre a nossa postura de Oposição, que é clara, desde o primeiro momento.

Eu gostaria apenas - repito, em rápidas palavras - de me solidarizar com V. Ex^a com relação ao tópico que colocam V. Ex^a como um dos mais próximos Parlamentares de Dante de Oliveira, dentre aqueles que restaram da União por Mato Grosso.

Em primeiro lugar, não há proximidade nenhuma de V. Ex^a com o Governador, do ponto de vista político. Eu sou testemunha, como Líder que fui no ano de 95, como seu colega de Bancada, que em todas as reuniões V. Ex^a sempre coloca a postura de fazermos uma Oposição inflexível, não radical, mas inflexível, à administração Estadual.

Então, V. Ex^a é Presidente do nosso Partido, é Presidente do Partido que vai comandar a vitória de Júlio Campos ao Governo do Estado, em 98, e talvez seja por isso que, devido ao problema do processo sucessório interno na Assembléia Legislativa, V. Ex^a tenha ficado com essa marca.

Mas eu quero aqui me solidarizar e dizer que V. Ex^a é um dos pilares da Oposição nesta Casa, e sem a sua participação a oposição, com certeza, seria bem mais pobre e bem menos enfática. Minha solidariedade a V. Ex^a, Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado, Deputado Emanuel Pinheiro. V. Ex^a é testemunha do trabalho que nós fazemos.

Agora, nem tudo que nós fazemos de oposição sai na imprensa. Há também setores da imprensa que não falam mal do Governo. Por quê? Porque o Governo é o melhor patrão, e não se vai “jogar pedra” no patrão, numa época de dificuldade como essa...

Agora, eu trouxe esse assunto do *Diário de Cuiabá* aqui, porque considero um dos jornais mais importantes do Centro-Oeste. Se não tivesse citado o meu nome aqui, obviamente, eu não estaria aqui, mas foi citado. Considero o *Diário de Cuiabá* um dos jornais de maior circulação e de maior respeitabilidade, até pelo seu caráter de isenção. E é por isso que eu trago esta matéria aqui, para que nós possamos discutir o que foi escrito pela reportagem.

Encerra a nota aqui, Presidente Benedito Pinto:

“Para Moisés Feltrin (PFL), Líder da Oposição, a Bancada Governista é quem tenta dividir o grupo, mas não consegue. ‘Nossa unidade é maior do que as picuinhas que tentam plantar’, ponderou Moisés Feltrin”.

Obviamente que eu, ainda no segundo ano de mandato, aqui nesta Casa, não fui convencido por nenhum Deputado a mudar de opinião em relação aos meus pontos de vista.

Agora, quanto à forma de se fazer oposição, existem diversas formas. Aqui tinha um ex-Deputado, o Jesus Gaeta, que a forma dele fazer oposição era tão radical que no dia em que ele não vinha de roupa preta, ele vinha de roupa vermelha, por orientação do Pai de Santo dele, e ele fez uma oposição extremamente radical aqui - se eu não me engano - ao Governo Garcia Neto, mas era uma oposição assim: se o Garcia Neto...

O Sr. Emanuel Pinheiro (FALA DE SUA BANCADA) - Fragelli e Garcia!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Fragelli e Garcia! Bem lembrado aqui pelo Deputado Emanuel Pinheiro, porque o Deputado Gaeta parece-me que foi eleito três vezes aqui no Mato Grosso e duas no Mato Grosso do Sul.

Ele fazia oposição ao vento, sem critérios, uma oposição extremamente radical, mas era o estilo dele. Entretanto, nós já tivemos aqui, por exemplo, outros luminares Deputados, como por exemplo o Deputado Oscar Ribeiro, hoje Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que com a sua sutileza, com a sua ironia e com a sua “esfregada de mão”, que todo mundo conhece, fazia uma Oposição às vezes até mais veemente. Tivemos também o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

estilo do Deputado Roberto França, que teve que trocar esse vidro da tribuna por cinco vezes, quando ele era Deputado, porque ele batia a mão aqui e gritava, berrava, mas era o estilo dele, e nós temos que respeitar. Obviamente que o estilo de cada um, a postura de cada um Deputado é assumida aqui no Plenário.

Nós temos diversos Deputados que não usam o microfone do plenário, mas não deixam de ser bons Deputados, não deixam de ser Deputados articuladores, trabalhadores, que vão para as bases, que têm outro tipo de manifestação política.

Eu, por exemplo, gosto do microfone, até por causa da minha profissão. Eu tenho profissão definida, militei na Advocacia, fiz júri na área criminal, fiz política estudantil, então tenho uma facilidade maior para falar.

Mas, por exemplo, o Deputado Quinca dos Santos não gosta do microfone. Entretanto, a articulação do Deputado Quinca, o trabalho que ele faz nas bases, as visitas, o trabalho político dele é tão importante quanto o meu, que além de fazer isso também falo no microfone.

Entendeu, Deputado Eliene? V. Ex^a é um exemplo disso! Nem sempre V.Ex^a fala aqui no microfone, mas é um dos Deputados que eu mais respeito aqui nesta Casa, porque acompanho de perto o seu trabalho, vai nas bases, discute, dá assistência, vai nos bairros...

Então, quando vemos uma matéria dessa, não identificado o jornalista, num jornal de tão grande conceito como é o *Diário de Cuiabá*, nós temos que trazer esta discussão aqui para o plenário.

Não sou Deputado ligado ao Governador Dante de Oliveira. Não sou, porém, inimigo do Governador. Até por educação, hoje, o Parlamentar tem que ter essa convivência fraterna com todos os governantes.

O Governador Jayme Campos enfrentava aqui uma Oposição extremamente radical. E aí, ontem, eu ouvi uma confissão da boca da Deputada Serys, que era uma das opositoras mais radicais do Governo - e eu era Líder do Governo - e ela, quando se viu aqui ontem constrangida e decepcionada por não ter sido aprovado um Requerimento de Informações de área técnica do Governo, desabafou para mim: "Nunca sofri isso no Governo Jayme Campos." Isso é para que possamos fazer um paralelo de atuação.

E, aí, eu me reporto à Deputada Serys. É ruim, Deputada! É lamentável que nós, Deputados - não importa que V. Ex^a seja de facção minoritária - não tenhamos aqui no Poder Legislativo a condição de requerer informação do Governo. Aí é que eu falo que nós nos castramos, que nós "abaixamos não é só as calças", mas "as cuecas", de vez, para o Governo.

Então, essas posturas do Parlamento mato-grossense é que nos deixam em choque com a sociedade e o Fórum Sindical. E aqui eu torno a criticar os funcionários líderes do movimento trabalhista, que no Governo passado estavam todos desempregados e vinham aqui em maior número xingar os deputados, faziam movimentação. E o que é que nós vimos agora, na votação do Orçamento? Uma meia dúzia deles aqui que ficaram fora do processo governamental lutando pela categoria.

E eu torno a citar, lembram de Elismar Bezerra? Quem foi Deputado conosco aqui, naquela época? O Deputado Romoaldo, o Deputado Moisés Feltrin e o Deputado Benedito Pinto lembram: esse rapaz vinha aqui de sandália de dedo, sandália Havaiana, de calça rasgada, de roupa suja, cabelo despenteado e, quando estava bem penteado, ele usava um pente de prego, que era para ficar mais despenteado ainda, para dizer que estava passando fome, para dizer que estava desesperado, para dizer que a categoria estava

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

morrendo e, hoje, ele está de sapato bico fino, cromo alemão, carro com motorista e não tem coragem de sair do Governo. Não tem coragem de sair do Governo!

V.Ex^{as} lembram do Aparecido? É o outro Diretor lá do INTERMAT, da área da Agricultura... Ele me falou lá em Nobres, na inauguração das obras do PRODEAGRO, que é candidato a Deputado Estadual.

Lembram do Sr. Djair, lá do CEPROMAT, com opala comodo e motorista, Deputado Romoaldo. São os líderes que nos xingavam aqui. Cadê a coerência? A coerência? É muito fácil fazer Oposição.

E aqui vai a minha crítica ao movimento dos funcionários públicos, com raríssimas exceções, que eu sempre cito aqui, porque uma coisa é você ser coerente quando é governo ou quando é Oposição.

Eu vi na campanha, Deputado Emanuel Pinheiro, muita gente que está eleita - e eu não vou falar só de Deputado - defendendo teses, nos criticando e que, agora, não sustentam a tese. Por quê? Porque a força do Poder Executivo é muito grande. A ameaça do Poder Executivo é muito grande. “Ou você vem comigo, ou eu fecho suas portas nas próximas eleições.” Ou fecham suas portas, ou você tem que “rezar a cartilha” do Governo. E aí eu vejo a falta da coerência, a falta da ética, inclusive Deputado Benedito Pinto.

O Deputado Luiz Soares está me perguntando se era assim que o Governador Jaime Campos fazia. Eu não sei! Eu não tenho nada a ver com a vida de Jaime Campos. Cumpri com ele aqui, como Líder do Governo, fui fiel ao Governo, porque acreditava e acreditei no seu Governo. Se ele cometeu erros, ele já pagou por esse erro ou vai pagar. Mas, não é problema do Deputado Humberto Bosaipo.

Quando ele me convidou para ser Líder aqui, ele me deu uma missão. Qual é a missão do Líder? Aprovar todas as matérias do Governo. Não ficou uma matéria sem ser aprovada, inclusive o PRODEAGRO, que foi o Projeto Agroambiental, fomos a Washington, nos Estados Unidos, duas vezes, de 70 milhões de dólares.

Há cinco anos, Deputado Paulo Moura, que Mato Grosso não recebia um centavo sequer da área internacional - V. Ex^a nos acompanhou. Esse convênio já foi reformulado e está servindo a Mato Grosso.

Agora, eu como Líder do Governo, fui leal ao Governo. Quantas vezes, angustiado nesta Casa, nós dávamos um aumento de 220% para o Poder Judiciário e 2% para os funcionários públicos! Mas, nós tínhamos que cumprir uma meta governamental. Eu não fugi dos debates com os funcionários, não fugi do debate das reformas administrativas, enfrentei olho no olho, cara a cara, a minha missão. E foi por isso que de 7 mil e 500 votos eu pulei para quase 17 mil votos na eleição passada! Porque fui coerente com o meu trabalho e com as minhas bases.

E é por isso, Deputado Líder, Moisés Feltrin, que eu me reporte a esta matéria desse conceituado Jornal *Diário de Cuiabá*. Lamentavelmente, o jornalista não se identificou, dizendo algumas amenidades com relação ao Governo. V. Ex^a é um dos homens que mais tem combatido o Governo Dante de Oliveira, aqui. Aliás, sistematicamente, eu não vejo uma linha do que V. Ex^a falou, e não é só no Jornal *Diário de Cuiabá*. Em nenhum jornal, eu vejo uma linha!

Então, às vezes, o que nós falamos aqui não tem repercussão para o jornal, ou porque não interessa, ou porque o fato não é de repercussão. Mas, não dá autoridade para nenhum jornalista dizer e emitir conceitos sobre nós, em relação à nossa postura. A não ser

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

que esse jornalista venha fazendo o acompanhamento diário, não só no Plenário, mas nas Comissões Técnicas, nos Pareceres dos projetos e no nosso trabalho Parlamentar do dia-a-dia. (NESTE MOMENTO, OS SRS. DEPUTADOS CHICO DALTRO, ELIENE E EMANUEL PINHEIRO CONVERSAM PRÓXIMO AO ORADOR)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - O Deputado Chico Daltra quer um parte?

O Sr. Chico Daltra - Não!

O SR. PRESIDENTE - A sua palavra está garantida.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, eu gostaria, Deputado Moisés Feltrin, que V. Ex^a, como Líder da nossa Bancada, oficiasse o jornal com relação a essa matéria de que não é verdade o que foi escrito aqui. Nós votamos contra o Orçamento é isso que eu estou trazendo ao plenário, se não fosse o *Diário de Cuiabá*, pela importância que tem, eu não estaria debatendo, aqui, esse assunto.

Além de votar contra, Deputado Paulo Moura, às Emendas do Orçamento do Estado, foram feitos de comum acordo com V. Ex^a e a única Emenda que foi aprovada foi da Bancada de Oposição, que é do Deputado Moisés Feltrin! Obviamente que todos nós demos apoio à Emenda, de autoria do Deputado Moisés Feltrin, que é o gatilho automático do Orçamento...

(NESTE MOMENTO, O SR. DEPUTADO MOISÉS FELTRIN DIRIGE-SE AO ORADOR - INAUDÍVEL)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - ... Mas que V. Ex^a também não fique muito alegre, porque estão dizendo, aqui, que a Emenda pode sofrer o veto do Governador. Além disso, Deputado, se chegar esse veto, com certeza vai ser mantido, como foi feito com o Veto da LDO. Por quê? Nós somos minoria e nós temos que reconhecer que somos!

Mas está aqui, está aqui a postura da Bancada de Oposição nesta Casa. Se estamos cometendo erros com relação ao Governo, são erros que nós estamos cometendo, mas tentando acertar. Nós estamos nos avaliando.

Agora mesmo, Sr. Presidente Deputado Benedito Pinto, a Bancada do PFL vai-se retirar desta Sessão para reunir-se na sede do Partido da Frente Liberal, na Av. 24 de Outubro, onde o Partido já está fazendo um calendário de atuação com seminários, com encontros, com novas filiações e aonde estamos, já, projetando o retorno, memorável, do Senador Júlio Campos, para o Palácio Paiaguás.

O Sr. Ricarte de Freitas - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço com prazer, nobre Deputado.

O Sr. Ricarte de Freitas - Deputado Humberto Bosaipo, eu li, pela manhã, essa matéria no Jornal *Diário de Cuiabá*, e queria tecer, aqui, algumas considerações.

Eu acho que a matéria fala a verdade, quando diz que a Bancada da União tem contribuído com o Governo do Estado. Agora, ela não retrata a verdade quando diz que não existe Oposição no Parlamento. Porque, hoje, nós vivemos um novo tempo e a Oposição precisa ser exercida - como eu acredito que vem sido exercida aqui - sem prejuízo para com os interesses maiores do Estado. E isso tem sido feito pela Bancada da União e eu quero testemunhar, aqui, que fui Líder do Governo, por um ano, e encontrei em V. Ex^a um ferrenho opositor. Mas também, por outro lado, Deputado, foi V. Ex^a quem sempre contribuiu para que as mensagens do Governo, de interesses do Estado, fossem aprovadas nesta Casa.

Então, eu quero me solidarizar com V. Ex^a e com os demais companheiros da União, no sentido de que oposição existe, sim, o que não existe é oposição descabelada, oposição desenfreada, oposição por oposição, o que não justifica em momento algum.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

Então, eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a e dizer que desejo de coração que a Oposição, não só por parte dessa Bancada, mas por parte de qualquer Bancada que venha a ser oposição também no futuro, seja exercida da forma como vem sendo exercida pela União por Mato Grosso.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço o Deputado Ricarte de Freitas, que foi Líder, aqui, do Governo Dante de Oliveira nos dois primeiros anos, ou no primeiro ano, e dizer, Deputado, que V. Ex^a me recorda o projeto de privatização do BEMAT e da CEMAT. Nós, no Governo Jayme Campos, éramos 100% favoráveis à privatização do Banco e à privatização da CEMAT, e no Governo Dante de Oliveira mantivemos a mesma postura. Nós não poderíamos ser incoerentes, uma vez que havíamos defendido a proposta, quando éramos Governo. E no próprio Estatuto do nosso Partido, o PFL, reza que a privatização é um dos principais temas do PFL-2000. Então, não poderíamos ser contrário à privatização do BEMAT, nem da CEMAT e nem de qualquer uma estatal. Se o Governo apresentou esse projeto aqui...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência informa ao nobre orador que dispõe de dois minutos para concluir o pronunciamento.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado!

E se o Governo apresentou, aqui, esse projeto da privatização, não foi peleguismo e não foi adesismo votar com a privatização. É proposta nossa a privatização. Se nós não conseguimos fazer a privatização à época, não foi culpa nossa. A própria Oposição da época se articulou de forma organizada.

O ex-Deputado Roberto França, que esteve aqui na Sessão de votação do Orçamento, disse ali, na Sala de Imprensa, que ele sozinho segurou a privatização da CEMAT e do BEMAT por um ano e meio. E foi verdade! Porque, regimentalmente, ele conseguiu e, democraticamente, nós respeitamos...

O Sr. Ricarte de Freitas - Com base no Artigo 327, peço a palavra, para uma Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Ricarte de Freitas.

O SR. RICARTE DE FREITAS - Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PSDB e a transfiro ao Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Continua com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe de mais quinze minutos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço, Deputado Líder do PSDB. Aliás, essa convivência PSDB-PFL existe.

Essa sim, Dirceu Carlino, existe no plano federal e nós não podemos deixar de registrar o sorriso do Líder do Governo peessedebista, Luiz Soares, porque ele sabe que no plano federal ela existe. Eu não sei do futuro, se no plano estadual isso virá a ocorrer. A política é como a nuvem: uma hora está turva, outra hora está clara...

Mas eu dizia aqui, Deputado José Lacerda, da privatização que era a bandeira e sempre foi bandeira do nosso Partido. E, por coerência política, nós a defendemos aqui quando o Governador apresentou.

Os pedidos de empréstimo que o Governador Dante de Oliveira mandou para esta casa, todos eles foram aprovados aqui com uma única meta: o Governador mandava explicitamente na lei, dizendo que era para pagar a folha atrasada dos funcionários públicos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

Como que nós, Deputados, poderíamos deixar de aprovar um empréstimo, um dinheiro que estava na boca do caixa como salário dos servidores atrasados? E aí nos unimos, todos os Deputados, de todas as facções, e aprovamos quase setecentos milhões de reais, ou de dólares, para o Governo Dante de Oliveira colocar os salários em dia. E espero que ele mantenha esse salário em dia...

O Sr. José Lacerda - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço V. Ex^a.

O Sr. José Lacerda - Deputado Humberto Bosaipo, eu acho que a questão de fazer oposição não representa ser inconstituinte.

Eu parabeno, aqui, a União por Mato Grosso, liderada por V. Ex^a, agora, exatamente pela postura firme que V. Ex^a tem adotado nesta Casa, fazendo oposição, mas uma oposição constituinte. A oposição inconstituinte ao Governo Dante de Oliveira não é a Dante de Oliveira. Essa oposição inconstituinte seria a três milhões de brasileiros que vivem no Estado de Mato Grosso, que dependem do Estado, dependem deste Parlamento para o atendimento à saúde, à educação e ao transporte, à vida das pessoas, ao emprego e tantas outras questões de natureza gravíssima que a sociedade enfrenta. E a consequência e a postura que V. Ex^{as} têm tido neste Parlamento são extremamente importantes para o Estado de Mato Grosso. Eu acho que não devo ficar preocupado com detalhes e alguns detalhes até de algumas pessoas que não querem que o Estado vá bem, porque isso não é bom. Eu acredito que...

E também deixar aqui, nobre Deputado, um convite a V. Ex^a... Nós concordamos com essa Oposição constituinte, principalmente do Deputado Humberto Bosaipo, e queremos aproveitar a oportunidade, também, e dizer que dentro do PMDB a oposição constituinte é a normalidade da postura do PMDB. E V. Ex^a tem esse perfil. Eu quero aproveitar, publicamente, para lhe fazer este convite: venha se filiar conosco, porque nós precisamos de pessoas inteligentes e importantes como V. Ex^a no nosso Partido.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Deputado José Lacerda, eu agradeço, mas estava pensando exatamente, pelo aparte de V. Ex^a, em convidá-lo para vir para o PFL. V. Ex^a cabe no perfil do PFL-2000. Um homem sensato, estudioso, competente, preparado, um analista...

Deputado Moisés Feltrin, inclusive gostaria que V. Ex^a colocasse na pauta da reunião de hoje um convite oficial ao nobre Deputado José Lacerda.

Mas, eu agradeço o aparte de V. Ex^a, e quero dizer que só vim aqui, há pouco, porque foi o *Diário de Cuiabá* que publicou a matéria. Como se trata de um jornal, como eu disse aqui, extremamente conceituado e que circula principalmente entre os formadores de opinião neste Estado, é que me preocupou essa analogia de que eu estaria próximo ao Governador Dante de Oliveira, da mesma forma como outro dia já me colocaram próximo ao ex-Governador Carlos Bezerra. É exatamente porque assumo a posição de equilíbrio, de discussão.

E quero dizer mais, Deputado, o que me fez apoiar o Deputado Roberto Nunes, além dos fatos elencados, foi pela sua personalidade forte, por eu conhecê-lo de perto. E, hoje, quero dizer que uma das mais gratas revelações que tive no Parlamento foi ser colega do Deputado Roberto Nunes, que, nesse tom de brincadeira que ele sempre vive, sempre alegre, sempre sorrindo, tem resolvido grandes problemas, inclusive da nossa região. Nós temos feito até uma ponte, com o Deputado Roberto Nunes, para resolver problemas que eu, como Deputado de Oposição, não daria conta de resolver...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço V. Ex^a

A Sr^a Serys Slhessarenko - Deputado Humberto Bosaipo, em primeiro lugar, com relação à matéria que V. Ex^a iniciou a sua fala. Nós temos acompanhado sempre a sua postura aqui e eu tenho dito sempre que V.Ex^a é uma pessoa que tem um discurso extremamente coerente, somos adversários políticos, mas V. Ex^a tem coerência e tem mantido a sua coerência.

Agora, eu fiquei muito satisfeita de ouvir aqui todos os apartes neste Parlamento, na manhã de hoje. Uma coisa que já temos clareza no Estado de Mato Grosso é que Júlio Campos, Jayme Campos, Carlos Bezerra, Dante de Oliveira e Roberto França fazem parte de um mesmo grupo. Quanto a isso nós tivemos uma posição clara, porque hoje, através dos apartes dos Deputados Ricarte de Freitas e José Lacerda, vimos que todos fazem parte de um mesmo grupo. Com isso eu fico satisfeita e peço que fique registrado na tribuna deste Parlamento. Muito obrigada.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Obrigado, Deputada Serys.

Eu aconselho V. Ex^a a criar um grupo novo e se lançar candidata a Governadora do Estado, porque com a sua liderança e a sua cativante fala, poderá atrair centenas de milhares de novos eleitores e, quem sabe, teremos aqui a primeira mulher governadora do Estado de Mato Grosso, liderando um novo grupo político.

Não tenha dúvidas de que todas essas lideranças que V.Ex^a citou aqui são homens que prestaram relevantes serviços a Mato Grosso e que, na hora de se falar em Mato Grosso, se unem. Como por exemplo, o Senador Júlio Campos foi o principal protagonista para arrumar os recursos para o Governador Dante de Oliveira, em Brasília. Em todas as reuniões da Bancada Federal, estava lá o nosso futuro Governador Júlio Campos ajudando o Governador Dante de Oliveira.

Mas, o Deputado Moisés Feltrin, Líder do meu Partido, Sr. Presidente, que solicita os últimos minutos para fazer um comunicado ao Plenário, e eu - com a permissão e a vênua de V.Ex^a passaria ao nobre Parlamentar o restante do meu tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - O Deputado Moisés Feltrin dispõe de seis minutos.

O Sr. Moisés Feltrin - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, como Líder da Bancada de Oposição neste Parlamento e Líder do PFL, gostaríamos de pedir permissão para nos retirarmos do Plenário para uma reunião do Partido. Já estão convocados os Deputados Romoaldo Júnior, Emanuel Pinheiro e Humberto Bosaipo e em breve estaremos saindo daqui - se V.Ex^a permitir. Mas, antes de sairmos, vamos aproveitar alguns minutos dos seis que nos restam.

Realmente, Deputado Benedito Pinto, Srs. Parlamentares, é lamentável que nós, da Bancada da União por Mato Grosso, recebamos uma crítica dessa natureza que está nesse veículo do Estado de Mato Grosso, que é o *Diário de Cuiabá*, quando realmente ela não condiz com a verdade, com a realidade dos fatos nesse Parlamento. Mesmo porque a Bancada da União votou contra o Orçamento. É bem verdade que nós somos minoria, e se esse Orçamento passou para o outro ano, o que nunca havia acontecido, foi justamente pela atuação da Bancada em não aceitar que esse Orçamento fosse votado em dezembro da forma que o Governo enviou para cá, com vários erros gritantes, que até a última hora fora feita, pela Comissão de Redação, a correção de erros até de digitação no próprio Orçamento. Isso, anteontem à noite, à meia-noite, ou uma hora da manhã. O último ato desse Plenário para a

correção de um erro do Orçamento fora a uma hora da manhã, aqui, e fora levantado pela Bancada de Oposição nesse Parlamento.

Portanto, nós não podemos, como Líder desta Bancada, aceitar essa culpa sobre nós e dos nossos liderados. Temos a dizer, também, que inclusive foi citado nessa matéria o nome de três grandes Líderes nosso, que nós os respeitamos: Júlio Campos, Jaime Campos e Jonas Pinheiro, e quando nós fazemos um discurso, como nós fizemos ontem, aqui, chamando um tema importantíssimo para o Estado de Mato Grosso, que é o problema da educação, que está abandonada, desgovernada no Estado de Mato Grosso, sequer sai uma frase, uma linha em qualquer dos veículos de comunicação do Estado de Mato Grosso e, principalmente, os órgãos de publicidade que são de propriedade dos nossos Líderes.

Quer dizer, pelo menos, se nós, Deputados, não temos condições de bancar: televisão, rádio e jornais para publicar o nosso trabalho aqui, porque nós hoje brigamos contra o Governo, que gasta maior recurso de arrecadação dele com a imprensa mato-grossense, para encobrir o desgoverno que está aí, no entanto, nós, Deputados da Bancada de Oposição, não temos um tostão sequer para fazer com que o que nós falamos aqui seja divulgado para o Estado. O exemplo está aí: ontem nós fizemos um discurso aqui, protestando contra o problema na educação, porque nós detectamos, em viagem pelo interior do Estado, que, além da nossa Capital, o interior passa pelo mesmo problema.

Portanto, nós não podemos aceitar, como Líder da União por Mato Grosso, que seja feita uma crítica injusta a nossa Bancada.

Como Líder da Bancada da Oposição, na semana passada, mesmo fazendo vários pronunciamentos, ficamos vários dias sem que aparecesse um trabalho nosso no Parlamento. Então, nós não temos culpa se o nosso comando, se o nosso grupo não tem condições sequer de bancar um veículo de publicidade, um veículo de comunicação à altura de divulgar o nosso trabalho.

Nós não temos condições, e todos nós Deputados, Sr. Presidente, como V.Ex^a sabe, com assento nesta Casa, sabemos que o Deputado não tem verba específica para divulgar o seu trabalho próprio. Quando ele consegue fazer alguma coisa, é com a própria Secretaria de Imprensa da Casa e, se está havendo falha - e eu creio que está havendo falha -, a própria Presidência, na pessoa de V. Ex^a, que é o Vice-Presidente, poderia nos ajudar para que nós tenhamos pelo menos nos órgãos que trabalham, que fornecem serviços para a Casa, divulguem assim o trabalho dos Parlamentares de Oposição desta Casa.

Nós pedimos permissão a V. Ex^a para que eu e o Deputado Humberto Bosaipo nos retiremos, porque temos uma reunião importante na sede do PFL, neste horário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Antes, porém, quero solicitar ao Líder do Bloco Parlamentar Democracia que reúna o referido Bloco e, na Sessão da noite, indique os nomes dos Deputados que comporão a Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que há dúvidas, por parte do Líder do Bloco. Então, nós requeremos que na Sessão da noite seja indicado os novos nomes dos Deputados que comporão a Comissão ou a confirmação dos que já compõem e, em isso não acontecendo, nós estaremos dando seqüência ao processo, aliás, eu estarei dando seqüência ao processo.

Requerimento de autoria da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, solicitando a convocação de uma Audiência Pública, para o próximo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

dia 18 de março, para tratar do disposto na Mensagem nº 31/96, de autoria do Poder Executivo.

Em discussão o Requerimento...

O Sr. Luiz Soares - Solicito a palavra, para uma questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Luiz Soares.

O SR. LUIZ SOARES - Sr. Presidente, a título de informação ao soberano Plenário, nada com relação ao mérito deste Requerimento da lavra do Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, queremos dizer que essa matéria não é tratada em Plenário. A convocação de Audiência Pública - para efeito de esclarecer, dirimir dúvidas e buscar informações sobre determinada matéria legislativa, em tramitação na Assembléia Legislativa - é da competência exclusiva da própria Comissão. Portanto, solicito a V. Ex^a que remeta a matéria à Comissão que, seguramente, aprovará tal Requerimento.

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Esta Presidência procede conforme o Regimento Interno, e a Comissão tem toda autonomia para convocação da referida Audiência Pública.

Em 1^a discussão, Projeto de Lei nº 211/95, de autoria do Deputado José Riva, que autoriza o Poder Executivo a criar o "Governo Itinerante", e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em nome do Deputado Emanuel Pinheiro, esta Presidência cumprimenta os Srs. Adeílson e Gilmar, Vereadores de São José do Rio Claro, presentes em nossas galerias.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Em 1^a discussão, Projeto de Lei nº 306/95, de autoria do Deputado José Lacerda, que proíbe a obrigatoriedade de uso exclusivo de elevadores de serviço para empregados e serviços nos elevadores residenciais de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2^a discussão.

Em 1^a discussão, Projeto de Lei nº 280/95, de autoria do Deputado Wilson Santos, que veda a concessão de benefício fiscal e administrativo à pessoa física ou jurídica que atentar contra a integridade física, moral ou praticar escravidão com trabalhadores, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1^a discussão, Projeto de Lei nº 158/96, de autoria do Deputado José Lacerda, que dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 157/96, de autoria do Deputado José Lacerda, que institui os meios de apoio e incentivos à formação profissional no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 188/96, Mensagem nº 26, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal para aquisição do prédio do Fórum da Capital do Estado. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 119/96, de autoria do Deputado Paulo Moura, que institui o Dia da Agroindústria. Com o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em discussão, Projeto de Resolução nº 17/96, de autoria do Deputado José Lacerda, que institui a Conta Específica para Pagamento do Salário dos Servidores da Assembléia Legislativa e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto com as emendas.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado. Por ter sofrido emendas, vai à Redação Final.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 43/96, de autoria do Deputado Wilson Santos, que dispõe sobre a criação de cadastros informativos contendo pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da administração pública Estadual e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Execução Orçamentária.

Art. 1º - (LIDO) - Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado.

Art. 2º - (LIDO) - Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado.

Art. 3º - (LIDO) - Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997, ÀS
08:00 HORAS.

Art. 4º - (LIDO) - Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado.

Art. 5º - (LIDO) - Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado.

Art. 6º - (LIDO) - Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado.

Artigo 7º - (LIDO) - Em discussão o Artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado. Não tendo sofrido Emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

**“Aprova os Convênios nºs 59 a 81/96
~ Ajustes SINIEF 02 a 04/96 e
Protocolos ICMS nºs 11 e 14/96.**

Art. 1º Aprovar os Convênios nºs 59 a 81/96 - Ajustes SINIEF 02 a 04/96 e Protocolos ICMS nºs 11 e 14/96.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 101/96, de autoria do Deputado José Lacerda, que autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros às entidades que menciona. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 113/96, de autoria do Deputado Paulo Moura, que dispõe sobre procedimentos Tributários relativos ao ICMS, pelas empresas de construção civil e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

A Srª Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, ou se solicita aos Srs. Parlamentares que entrem, porque tem mais Deputados fora do plenário do que aqui dentro,

ou verificação de *quorum*. Afinal, não dá para ficar aprovando matérias com seis Parlamentares em Plenário!

O SR. PRESIDENTE - Solicito a Sr^a 1^a Secretária que proceda à verificação de *quorum*.

A SR^a 1^a SECRETÁRIA - Sr. Presidente, há 07 Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE - Não há *quorum* para prosseguimento da Sessão.

Compareceram à Sessão os seguintes Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Moisés Feltrin e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido Liberal - Amador Tut; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - José Lacerda e Batico de Barros; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - Quinca dos Santos e Paulo Moura; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Luiz Soares e Ricarte de Freitas; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Shhessarenko; da Bancada do Bloco Parlamentar Democracia - Benedito Pinto (PSC), Eliene (PSB), Nico Baracat (PMDB), Chico Daltro (PDT), Jorge Abreu (PMN), Riva (PMN), Pedro Satélite (PMDB) e Zilda (PDT); Sem Filiação Partidária - Roberto Nunes.

Deixaram de comparecer à Sessão os seguintes Deputados: Gilmar Fabris, do PL; Wilson Santos, do PDT e Manoel do Presidente (PDT), do Bloco Parlamentar Democracia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisado por Regina Céli